

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Maxiley dos Reis Alves Rocha
Enviado em: quinta-feira, 23 de junho de 2022 14:28
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: PROPOSTAS NO SENADO FEDERAL (PLC 13/2013, PEC 14/2015 E PLS 303/2018). Também reiteramos e-mail de ontem.

-----Mensagem original-----

De: Sen. Rodrigo Pacheco
 Enviada em: quinta-feira, 23 de junho de 2022 10:06
 Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>
 Assunto: ENC: PROPOSTAS NO SENADO FEDERAL (PLC 13/2013, PEC 14/2015 E PLS 303/2018). Também reiteramos e-mail de ontem.

-----Mensagem original-----

De: Jose Senno [mailto:josesenno1@gmail.com]
 Enviada em: quarta-feira, 22 de junho de 2022 09:29
 Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
 Assunto: PROPOSTAS NO SENADO FEDERAL (PLC 13/2013, PEC 14/2015 E PLS 303/2018). Também reiteramos e-mail de ontem.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

SENADOR(A) DA REPÚBLICA

Assunto: PROPOSTAS NO SENADO FEDERAL (PLC 13/2013, PEC 14/2015 E PLS 303/2018).

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a) da República,

Vimos solicitar a Vossa Excelência auxiliar em pautar para votação no Plenário do SENADO FEDERAL e para votar favoravelmente pelo PLC 13/2013 e pela PEC 14/2015. E na CCJ/Senado o PLS 303/2018.

Cabe ao Congresso Nacional deliberar pela melhoria da organização do Estado no Brasil.

O Estado é o indutor do desenvolvimento e do crescimento econômico do país e das melhorias na vida de seus habitantes!

Atualmente já existem 16 carreiras que são "Típicas de Estado" como, por exemplo, advogados (que há na Iniciativa Privada e na Administração Pública). Portanto, chegou a hora dos Engenheiros e dos Arquitetos – tão importante ao futuro da Nação.

O QUE SÃO ESTAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS, JUSTIFICATIVAS E PARECERES: PLC 13/2013, PEC 14/2015 E PLS 303/2018.

PLC 13 DE 2013

O PLC 13, DE 2013 já foi aprovado na Câmara dos Deputados (onde tramitou no período de 2010 a 2013), e está no Senado Federal desde 2013, tendo sido aprovado nas Comissões Permanentes do Senado de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLC 13 DE 2013 está para ir a votação no Plenário do Senado Federal. Este PLC não tem ônus ao Governo Federal, mas é uma sinalização pela valorização simbólica dos profissionais engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos.

O QUE É O PLC 13 DE 2013: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2013, (Nº 7.607 de 2010, na origem), do Deputado José Chaves, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como “essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos, ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal” (sic).

PLC 13/2013 (ORIGEM: PL 7.607/2010) - JUSTIFICATIVA DO AUTOR (DEPUTADO FEDERAL JOSÉ CHAVES)

JUSTIFICACÃO: “A presente proposição visa garantir aos profissionais da Engenharia e da Arquitetura nacional a condição de carreira típica de Estado, por ser medida justa e merecida. Em todas as atividades da economia nacional, é insubstituível a presença desses profissionais. A participação deles tem mudado a feição do País, ao planejar e executar as mais importantes obras de transformação das cidades, no campo da hidroeletricidade e na própria interiorização do progresso. As repercussões dessa presença e atuação mudaram o Brasil, dando-nos condições de perseguir uma nação mais justa, com um Estado forte e hegemônico. Engenheiros e arquitetos formam, afinal, as bases sólidas onde se apoiam os estados e sobretudo a União Federal.” (sic) Fonte: requerimento de apresentação do PL 7607/2010 na Câmara dos Deputados.

PARECERES NO SENADO FEDERAL (RELATORIA NA CAS E NA CCJ) – QUE FORAM RESPECTIVAMENTE APROVADOS NAS REFERIDAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO (CAS E CCJ).

O PLC 13, de 2013, já foi aprovado na Câmara dos Deputados (onde tramitou no período de 2010 a 2013), e está no Senado Federal desde 2013, tendo sido aprovado nas Comissões Permanentes de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PARECER APROVADO NA CAS/SENADO DE AUTORIA DA SENADORA ANA AMÉLIA

Na manifestação da Comissão Permanentes de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, que teve como Relatora a Excelentíssima Senhora Senadora Ana Amélia. De seu relatório destacamos:

“Compete a esta Comissão analisar o mérito da iniciativa, sem dúvida digna de elogios por seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso de um país. Sem o trabalho valoroso dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico seria impensável, e as políticas públicas, todas voltadas em última instância para o bem-estar social, não poderiam ser levadas a efeito.

Se voltarmos o pensamento para a construção de um futuro mais próspero, precisamos cada vez mais contar com esses profissionais, responsáveis pela edificação de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluída a sustentabilidade e todas as políticas com vistas a levar o Brasil a se tornar um país de primeiro mundo.

Tendo em vista a grandeza do trabalho desses especialistas, torna-se de inteira justiça enquadrar a atividade desses profissionais como carreiras típicas de Estado. Com essa caracterização, poderão eles contar com proteções especiais a serem garantidas em lei, resultando em mais segurança e tranquilidade no exercício de suas tarefas, sem dúvida, altamente relevantes para o desenvolvimento do País.

Sem o trabalho preeminente dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza e o estabelecimento de políticas públicas promotoras do bem comum seriam impossíveis. No âmbito desta Comissão, portanto, o projeto merece acolhida.” (Fonte: Extraído em documento juntado no trâmite do PLC 13/2013)

PARECER APROVADO NA CCJ/SENADO DE AUTORIA DA SENADOR ROMERO JUCÁ

Na manifestação da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, que teve como Relator o Excelentíssimo Senhor Senador Romero Jucá. De seu relatório destacamos:

“O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Deputado José Chaves, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194 de 1966, para determinar que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.

A citada Lei regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, e seu art. 1º define suas características.

A justificação da proposta menciona a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado” para caracterizar algumas carreiras especiais, que não encontram similar em outros setores, para as quais devem ser encerradas algumas garantias distintas dos demais servidores. Na visão do autor do projeto, as carreiras de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo devem ser assim consideradas, pois sua presença é insubstituível em todas as atividades da economia nacional.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e teve como Relatora a Senadora Ana Amélia, que defendeu a medida pelo seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso do país.

II – ANÁLISE

O projeto merece acolhida no âmbito desta Comissão, por se mostrar compatível com os dispositivos constitucionais relativos aos servidores públicos, e em especial com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que reconheceu a necessidade de proteger de maneira singular os agentes que exercem funções insubstituíveis na administração do Estado.

Não cremos que seus termos ferem a questão da iniciativa reservada ao Chefe da Nação, pois o que se pretende é tão somente enquadrar os referidos servidores entre aqueles que desenvolvem serviços típicos de Estado. Com essa medida, o projeto valoriza profissionais cujo trabalho é imprescindível para o desenvolvimento econômico e para o bem estar da sociedade. Nesse sentido, consideramos a proposição afinada com os postulados magnos que buscam

aprimorar a administração pública, cuja eficiência é um dos princípios que devem ser alcançados pelos Poderes de todos os entes federativos, de acordo com o art. 37 da Lei Maior.

Como bem ressalta o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto é altamente meritório, pois é o trabalho dos citados profissionais aquele que mais possibilita a edificação de estruturas condutoras do desenvolvimento nacional, entre as quais se destaca a sustentabilidade e as políticas públicas tendentes a levar o Brasil a figurar como país de primeiro mundo.

Pensamos, ainda, que o projeto não apresenta incongruência com nenhuma norma infraconstitucional vigente, e mostra-se redigido em boa técnica legislativa. Portanto, nada há que desaconselha sua aprovação.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013.”

(Fonte: Parecer na CCJ/Senado - SF/13831.38625-47)

NOTA: O MINISTRO TARCÍSIO DE FREITAS (do Ministério da Infraestrutura) respondeu, em 24 de setembro de 2020, pergunta do Sr. André Baeta (TCU) sobre “Engenheiro ser Carreira de Estado” (referente ao PLC 13/2013).

“Eu tenho que dar um depoimento. O Ministério da Infraestrutura é um ministério que está indo muito bem. Nós entregamos de janeiro a setembro de 2020: 65 obras. Tomamos a decisão de não parar nenhum empreendimento durante a pandemia. Executamos até agora 93% de nosso orçamento. É algo até sem precedente. Isso se deve a qualidade de nosso quadro técnico, que basicamente são ENGENHEIROS... FAZ MUITO SENTIDO QUE ESTAS CARREIRAS SEJAM REALMENTE DE ESTADO! Em face da importância que a infraestrutura tem no cenário nacional como alavanca do crescimento. E que esses engenheiros possam sim estar contemplados na carreira de Estado... Entendo que este reconhecimento é um reconhecimento devido.”

No VII ENOP - MINISTRO TARCÍSIO DE FREITAS (Infraestrutura), ANDRÉ BAETA (TCU) E RAFAEL JARDIM (do TCU e professor).

- Palestra 08 e 09 – transmissão ao vivo em 24 de setembro de 2020.

ENOP – Encontro Nacional de Obras Públicas – Serviços de Engenharia

Fonte: <https://youtu.be/f7IV8SIkmoY> <<https://youtu.be/f7IV8SIkmoY>> (entre o sétimo minuto e os 15 minutos iniciais).

PEC 14 DE 2015

A PEC 14 de 2015 é de iniciativa do então Senador da República Cássio Cunha Lima, mas tem co-autoria com inúmeros Senadores. Já foi aprovada na CCJ/Senado, estando aguardando para ir a votação no Plenário do Senado Federal.

O QUE É A PEC 14/2015

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 14 de 2015

EMENTA: Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2015

AUTORIA: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Alvaro Dias (PSDB/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Blairo Maggi (PR/MT), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Donizeti Nogueira (PT/TO), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PPS/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senador Reguffe (PDT/DF), Senador Ricardo Ferraço (MDB/ES), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wilder Morais (DEM/GO) e outros – Fonte: Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO (NO TEXTO DA PEC 14/2015) – assinada pelo Senador Cássio Cunha Lima (“sic”).

“Os profissionais de Engenharia e Arquitetura desempenham atividades fundamentais para o desenvolvimento do país. Com as crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial, na medida em que se requer a atuação de profissionais qualificados e aptos a realizar atividades de alta complexidade.

...

Hoje, diante da necessidade de se dar mais transparência e, acima de tudo, racionalidade às administrações públicas municipais, particularmente, faz-se necessária a flexibilização da jornada de trabalho desses profissionais, na medida em que a cada dia suas contribuições são ainda mais demandadas pelas prefeituras para dar legalidade fiscalizatória às obras por elas executadas.” (Fonte: Texto extraído da própria proposição da PEC).

O ENTÃO SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB-PB) FEZ PALESTRA NO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), na sede da entidade, em Brasília, para falar a respeito da Proposta de Emenda à Constituição número 14/2015, de iniciativa (de autoria) dele (com muitos outros senadores), que permite que engenheiros e arquitetos possam exercer dois cargos públicos cumulativamente.

“Gargalos na infraestrutura - Cássio explicou as razões que o levaram a apresentar a PEC. Para ele, o Brasil tem profundos gargalos na área de infraestrutura e é crescente a demanda pelo trabalho de engenheiros e arquitetos, tanto para o serviço de obras estruturantes quanto nas atividades fiscalizatórias das administrações públicas municipais. Essas necessidades, aliadas às condições especiais de trabalho de engenheiros e de arquitetos, para o senador, justificam a extensão a esses profissionais da permissão de acumular cargos públicos, já aplicada a professores e profissionais da área da saúde, desde que, naturalmente, haja compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções.”

Carência de profissionais - “Nos grandes centros talvez não tenhamos tanta carência desses profissionais. Mas nos rincões do Brasil, nas prefeituras municipais, há uma grande demanda de engenheiros e arquitetos para a execução de projetos. O objetivo é garantir que municípios pequenos, e próximos geograficamente, possam otimizar esses serviços” – justificou.

PARECER APROVADO NA CCJ/SENADO FEDERAL DE AUTORIA DO SENADOR ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima e outros, que altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima e outros, que tem o propósito de autorizar o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos públicos por profissionais da engenharia e arquitetura.

O projeto é composto de dois artigos. O art. 1º determina o acréscimo das alíneas “d” e “e” ao inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, para ampliar o rol de casos em que se permite o acúmulo de cargos ou empregos públicos, de forma a abarcar, respectivamente, dois cargos ou empregos privativos de engenheiro, com profissões regulamentadas, e dois cargos ou empregos de arquiteto. O art. 2º veicula a cláusula de vigência da Emenda Constitucional, a partir da data de sua publicação. Os autores da proposta argumentam, em sua justificativa, que é crescente a demanda pelo trabalho de engenheiros e arquitetos, nas áreas de infraestrutura e tecnologia, bem como nas atividades fiscalizatórias das administrações públicas municipais. Essas necessidades, aliadas às condições especiais de trabalho de engenheiros e arquitetos, justificam a extensão a esses profissionais da permissão de acumular cargos públicos, já aplicada a professores e profissionais da área da saúde, desde que haja compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com a determinação dos arts. 101, I, e 356 do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para deliberar sobre a constitucionalidade, legalidade e mérito das propostas de emenda à Constituição, como a que ora é colocada em exame.

A proposição atende a todos os requisitos formais e materiais que a Lei Maior fixa para a reforma de seu próprio texto. Com efeito, não vigoram no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, circunstâncias que, por força do prescrito no § 1º do art. 60 da Constituição, representam óbice à tramitação de qualquer projeto de emendamento constitucional. Mais de um terço dos Parlamentares que compõem o Senado Federal subscreve o projeto, que, ademais, não apresenta qualquer tendência que possa sugerir embaraço às cláusulas pétreas insculpidas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Registramos, ainda, que a PEC nº 14, de 2015, não aborda matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa, respeitando, com isso, a norma do § 5º do art. 60 da Constituição.

A medida que se pretende implementar com a proposta em exame, de conferir autorização para que engenheiros e arquitetos possam exercer cumulativamente dois cargos ou empregos públicos, coloca esses profissionais em igualdade de condições com professores e profissionais da área de saúde, que já gozam de permissão para o exercício cumulativo. A proposta mantém a exigência de que os cargos ou empregos acumuláveis tenham compatibilidade de horários entre si, bem como submete o somatório das remunerações percebidas ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição, o que preserva o interesse público e previne eventuais abusos na acumulação.

A proposição, em nosso sentir, é meritória, pois permite que o Poder Público aproveite, de forma abrangente, o potencial laboral de arquitetos e engenheiros, profissionais que desempenham atribuições de grande relevância econômica e social. A medida é especialmente positiva para as administrações de municípios de pequeno e médio porte, em que se verifica escassez de profissionais qualificados nessas áreas de especialização.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela juridicidade e constitucionalidade e votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2015.

(Fonte: Extraído do anexo do trâmite da PEC 14/2015 no Senado Federal).

PLS 303/2018.

O QUE É O PLS 303 DE 2018. JUSTIFICATIVA.

Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2018

Autoria: Senador Hélio José

Assunto: Administrativo - Organização político-administrativa do Estado.

Natureza: Norma Geral

Ementa: Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.

Explicação da Ementa: Cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.

Situação Atual: - Relator atual: Senador Eduardo Braga

Último estado: 30/10/2019 - MATÉRIA COM A RELATORIA

O PLS 303/2018 está na CCJ/Senado Federal, sob relatoria do Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Braga. Aguarda-se o Relatório para ir a votação na CCJ. O PLS 303/2018 propõe uma estrutura de integração à semelhança da AGU, que fez com advogados no já longínquo governo do Presidente Itamar Franco. O PLS 303/2018 permitirá: Integração, gestão em rede, mobilidade de força de trabalho, padronização (quando necessária), produtividade, gestão sistêmica, planejamento do país, levantamento de todas as necessidades de infraestrutura no país, estudos melhores elaborados, futura maior cooperação com Estados e Municípios, melhorias e modernização para o país... – bem diferente da gestão atual, “onde só se enxerga a árvore e ninguém vê a floresta”. E, podemos indicar (citar com menos formalidade): o Senador Eduardo Braga tem grande conhecimento no assunto, pois foi prefeito de Manaus, governador do Amazonas e ministro de Minas e Energia no Brasil (também foi: deputado estadual e deputado federal; e é senador da República).

A ciência, as técnicas e as práticas dos engenheiros e dos arquitetos urbanistas construíram quase todas as construções que o homem fez sobre a terra e no subsolo. Mas não param por aí os feitos heróicos destes humanos profissionais – também são responsáveis no mundo atual pelas técnicas de produção de alimentos em grande quantidade e de melhor qualidade!

A eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processos de trabalho.

A profissionalização da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.

"No melhor uso dos recursos humanos está a principal oportunidade para aumentar a produtividade... A administração de homens deve ser a primeira e principal preocupação da administração operante, em vez da administração de coisas e técnicas." – Peter F. Ducker, The New Society.

Recorremos a Vossa Excelência – Senador da República – para que votem pela aprovação das Propostas Legislativas PLC 13/2013, PEC 14/2015 e PLS 303/2018.

"Planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com um futuro de decisões presentes". - Peter Drucker (considerado o pai da administração moderna)

Mais informações sobre a PEC 14/2015

A PEC 14/2015 tramita no Senado Federal, devendo ser votada no Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/15 visa permitir que profissionais da engenharia e da arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

De acordo com o autor, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), com as crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial, na medida em que se requer a atuação de profissionais qualificados e aptos a realizar atividades de alta complexidade.

"Tendo em vista a crescente demanda por profissionais dessas áreas, esta proposta de emenda à Constituição almeja estender aos engenheiros e arquitetos o mesmo regime já aplicado aos professores e aos profissionais de saúde, possibilitando a acumulação remunerada de até dois cargos ou empregos públicos, desde que haja compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções", explica o senador.

Cunha Lima defende que diante da necessidade de se dar mais transparência e, acima de tudo, racionalidade às administrações públicas municipais, particularmente, faz-se necessária a flexibilização da jornada de trabalho desses profissionais, na medida em que a cada dia suas contribuições são ainda mais demandadas pelas prefeituras para dar legalidade fiscalizatória às obras por elas executadas.

"Essa mudança na Constituição Federal vai suprir a carência na área da engenharia e expandir o mercado de trabalho..."

Espero contar com sua sensibilidade para as soluções necessárias ao País e sua inteligência para avançar na estruturação da Administração Pública de forma eficaz para corrigir o que é necessário pelo bem do futuro da Nação.

O ESTADO e a NAÇÃO existem para servir um POVO em um determinado TERRITÓRIO. Cuidar do território para a vida da população exige: governo, regras e infraestrutura. E a infraestrutura é provida por engenheiros e arquitetos ("Agentes do desenvolvimento de uma nação"). Cabe ao Estado (U, E, DF e M) garantir às condições necessárias da população, tendo que com premissas básicas para: condições de vida, saúde, educação, condições legais de viver, trabalhar, etc. como também estabelecer regras de convivência, dar proteção e permitir igualdade de oportunidade para empreender e prosperar. A Infraestrutura do território e para a população é uma atividade de controle estratégico do Estado, que pode ser executada tanto pelo Estado como por meio da Iniciativa Privada, mas respeitando regramento estatal.

Nenhuma destas propostas legislativas traz despesas. Mas sinaliza um reinício simbólico da valorização no Brasil para os profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia – “agentes do desenvolvimento do país e para seu povo, agentes da infraestrutura, agentes de país de primeiro mundo...”.

Há mais de 100 atividades previstas na Constituição Federal do Brasil para execução do governo federal que indicam as necessidades de se ter assistência de engenheiros e de arquitetos para sua execução e cumprimento das obrigações constitucionais; e outras mais de 50 atividades para Estados, DF e Municípios que também assim exigem. Políticas públicas, políticas de Estado e políticas de governo; cumprimento da Constituição Federal e de inúmeras outras legislações; atividades estratégicas para a nação; planejamento do território (das unidades da federação, das localidades e do contexto do país no mundo); e outras exigências de infraestrutura e desenvolvimento para o povo brasileiro exigem do Estado ter quadro de profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (especialistas, estruturados e que permitam uma boa gestão pública – que formam a “inteligência de Estado”).

EM DEUS CONFIAMOS!

Paz e prosperidade constantes ao povo brasileiro!

Por um país melhor para todos!

Por um mundo sem inimigos!

Somos todos irmãos. Paz e bem!

Respeitosamente,

Brasília/DF, 22 de junho de 2022

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho José Roberto Senno

Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal.

E.SF.094.2022 – 22/06/2022 – SAM, SJ, NSCA e ST conosco!

P.S.:

Também reiteramos e-mail de ontem (21 de jun. de 2022):

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

SENADOR(A) DA REPÚBLICA

Assunto: O caos no país, as perdas de oportunidades, o futuro da nação e a desvalorização dos engenheiros e arquitetos (agentes do desenvolvimento de um país).

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a) da República,

“Os cientistas descobrem o mundo que existe; os engenheiros criam o mundo que nunca existiu.” – Físico e cientista aeroespacial Theodore Von Kármán - muitas vezes cognominado como 'pai da era supersônica'.

Os profissionais das engenharias (são mais de 50 modalidades) com suas ciências, técnicas, práticas, inovações e invenções, com a construção da infraestrutura, das inovações tecnológicas, da industrialização, da agricultura moderna (e muito produtiva), com a rede logística, com as invenções, com as construções das cidades e dos meios de existências, construções dos meios de comunicações etc são essenciais para o desenvolvimento do país. Se formos parar para refletir, se existe alguma profissão que está presente em praticamente todos os setores de nossas vidas chegaremos em uma resposta: a engenharia.

A engenharia está diretamente e essencialmente ligada ao desenvolvimento de uma nação. Sua valorização vem aumentando com o passar dos anos e, nos países emergentes, como o Brasil, torna-se um ponto chave no caminho para o progresso, pois oferece a possibilidade de ampliação de infraestruturas do país para a melhoria dos serviços prestados à sociedade e a resolução de problemas econômicos e sociais.

Para o ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang, é preciso mudar a eficiência da gestão pública. — “NÃO EXISTE, NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE, PAÍS QUE SE DESENVOLVEU SEM ENGENHARIA E SEM INFRAESTRUTURA” — disse. Jornal do Senado (Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/05/22/falta-de-engenheiros-gera-obra-ruim-dizem-debatedores> <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/05/22/falta-de-engenheiros-gera-obra-ruim-dizem-debatedores>>

Em entrevista na revista Época de 25.8.2014, o vice-presidente mundial da Google, Mario Queiroz, afirmou que: "AS AUTORIDADES NOS EUA SÃO PARANOICAS EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS. VIVEM FAZENDO COMPARAÇÕES COM A CHINA E OUTROS PAÍSES. NÃO VEJO ISSO NO BRASIL." Mario Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio/2014 pela revista americana "Fast Company".

“INFRAESTRUTURA É UMA QUESTÃO DE ESTADO, É UMA QUESTÃO DE LONGO PRAZO!” – afirmou o Ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas no final de agosto de 2020. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas,

participando de audiência na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, na última semana de agosto de 2020, afirmou: “sempre se questiona ou critica a falta de continuidade dos governos. Terminamos obras de outros governos. Não podemos reinventar o Brasil a cada 4 anos. Infraestrutura é uma questão de Estado, é uma questão de longo prazo!” Engenheiros e arquitetos são os agentes da Infraestrutura!

"A INFRAESTRUTURA TEM QUE SER UMA POLÍTICA DE ESTADO, NÃO DE UM GOVERNO OU DE OUTRO", diz o fundador da Inter.B, Cláudio Frischtak, que publicou estudo sobre o assunto.

Fonte: <http://www.ilos.com.br/> <<http://www.ilos.com.br/>> .../brasil-tem-pior-logistica-dos-bri.../

"INVESTIR EM INFRAESTRUTURA GERA UM CÍRCULO TÃO VIRTUOSO QUE É DIFÍCIL COMPREENDER POR QUE FICAMOS TÃO PARA TRÁS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS". Por Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do projeto infra2038 - 16 jan 2018, 17h49 - Publicado em 14 jan 2018.

Fonte: <https://exame.abril.com.br/economia/opiniao-quanto-precisamos-investir-em-infraestrutura-ate-2038-2/> <<https://exame.abril.com.br/economia/opiniao-quanto-precisamos-investir-em-infraestrutura-ate-2038-2/>>

A INFRAESTRUTURA É O SEGREDO DA RIQUEZA DOS PAÍSES. Por que a infraestrutura é o segredo da riqueza dos países? A qualidade da infraestrutura é decisiva para o movimento eficiente de pessoas e produtos. Como mostra o mais recente ranking global do World Economic Forum (WEF), países com boa infraestrutura tendem a ser mais competitivos e, portanto, mais ricos e com melhor qualidade de vida para a maioria da população.

NOTÍCIA DE MARÇO DE 2020

O BRAZIL APARECE NA 81 COLOCAÇÃO EM INFRAESTRUTURA E 72 NO ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL

O Pilar #infraestrutura

<<https://www.linkedin.com/feed/hashtag/?highlightedUpdateUrns=urn%3Ali%3Aactivity%3A6595016827569487872&keywords=%23infraestrutura&originTrackingId=YKTYAin0Zd75wbp5OwR14w%3D%3D>> do Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial #WEF

<<https://www.linkedin.com/feed/hashtag/?highlightedUpdateUrns=urn%3Ali%3Aactivity%3A6595016827569487872&keywords=%23WEF&originTrackingId=YKTYAin0Zd75wbp5OwR14w%3D%3D>> , avalia a qualidade e a extensão da infraestrutura de transporte (rodoviária, ferroviária, água e ar) e da infraestrutura de serviços públicos (eletricidade e água) entre outros 12 indicadores importantes.

Fonte: <https://www.crasainfra.com/post/os-10-pa%C3%ADses-com-a-melhor-infraestrutura-do-mundo> (que consultou a fonte <https://www3.weforum.org/docs/GCR2018/01Frontmatter/4.%20Rankings...>)

ENGENHEIROS SÃO OS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO E DA PROSPERIDADE DE UM PAÍS, DE UMA LOCALIDADE, DO POVO E DO MUNDO.

O Estado é o indutor do desenvolvimento e do crescimento econômico do país e das melhorias na vida de seus habitantes!

Engenheiros e Arquitetos da Administração Pública Federal ficaram sem reajuste nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022!

ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – REAJUSTE SALARIAL

Os Engenheiros e Arquitetos da Administração Federal tiveram seus últimos reajustes salariais em JANEIRO de 2017, com isso as perdas pela inflação do período (2017-2022) serão de MAIS DE 56% - ABSURDO SEM PRECEDENTE NO BRASIL! Nada justifica isso, pois o engenheiro não diminuiu sua produtividade, muito pelo contrário, só aumentou a produtividade, basta ver às quantidades de placas de autoridades colocadas nas obras dos engenheiros nesse período dos últimos anos!!! A falta de reajuste e a inflação do período reduziu o salário e o poder de compra dos Engenheiros do Governo Federal a menos da metade, e isso para remunerações extremamente baixas quando relacionadas aos demais cargos na Administração Federal.

NOTÍCIA DE 30/05/2022:

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – considerado uma prévia da inflação oficial do país – que registrou taxa de 0,59% em maio e acumulou 12,20% em 12 meses
<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/24/ipca-15-previa-da-inflacao-fica-em-059percent-em-maio.ghml>> .

G1 - Por g1 – Economia - 30/05/2022 08h00

FONTE: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/30/>
<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/30/>> ...

Explicando:

Engenheiros e arquitetos da Administração Pública Federal tiveram o último reajuste salarial em janeiro de 2017. A inflação do período janeiro de 2017 até dezembro de 2021 atinge 28,15% - conforme se pode calcular pelos indicadores do IBGE já publicados - vide: Calculadora na fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>
<<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>> .

Mas a notícia em G1 de 30/05/2022 indicou inflação em 2022 de 12,20%.

Assim, as perdas salariais atingirão com o decorrer de 2022 - em não havendo reajustes das remunerações e em se confirmando os 12,20% - um total de 56,34%. ABSURDO! ABSURDO! ABSURDO!

Engenheiros e Arquitetos da Administração Pública Federal ficaram sem reajuste nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022!

O SENADOR JOSÉ MEDEIROS EM 2016. A alegação para melhorias na Administração Pública é de que vivemos em crise. Mas precisamos sair desta pandemia do coronavírus Covid-19 com melhoria na gestão pública e com melhorias em todas as condições da sociedade.

Notas Taquigráficas - 06/07/2016 - 25ª - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Referente às manifestações do Senador da República José Medeiros. Em audiência com o Ministro do Planejamento Dyogo Oliveira

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, (...)

Estamos em um momento de crise. O que se está dizendo e levando ao público, geralmente colocado nas redes nacionais, é que é quase como se fosse um crime... que o servidor teria de esperar um momento propício...

VOU FALAR UMA COISA, MINISTRO. FUI SERVIDOR POR VINTE E UM ANOS E NUNCA VI ESSE "MOMENTO PROPÍCIO". Fui sindicalista... Essa é a grande realidade do servidor. Ele vive tentando, em luta constante...

ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL REMUNERAÇÕES NO BRASIL:

ALGUMAS INDICAÇÕES DE REMUNERAÇÕES INICIAIS DO CARGOS DE ENGENHEIRO OU DE ARQUITETO DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS (aqui apresentamos 6 exemplos). DESDE FEV/2017 SEM REAJUSTE NO GOVERNO FEDERAL!!! 6 ANOS SEM REAJUSTE!!!

(1) Engenheiro Agrônomo do Plano de Classificação de Cargos (PCC) - exceto Incra e Lei 12.277/2010 – Remuneração Inicial: R\$ 4.080,23

(2) *(Engenheiro ou Arquiteto) Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – Remuneração Inicial: R\$ 4.180,66 – trabalham em: Universidades Federais, Hospitais Universitários, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia...

(3) (Arquiteto) Técnico em Assuntos Culturais – Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e entidades do (Ex)Minc - Remuneração Inicial: R\$ 5.739,09

(4) **(Engenheiro ou Arquiteto) Tecnologia Militar (civis) dos Comandos do Ministério da Defesa - Remuneração Inicial: R\$ 6.064,05

(5) ***Engenheiro ou Arquiteto – Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos da Lei 12.277/2010 - Remuneração Inicial: R\$ 7.050,41

(6) ****(Engenheiro ou Arquiteto) Analista do Seguro Social (do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) – Remuneração Inicial: R\$ 7.201,87

NOTAS:

*Os servidores públicos federais (Engenheiro ou Arquiteto) do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação cuidam das Edificações e Equipamentos de mais de 70 Instituições de ensino (Universidades Federais e de Institutos de Ensino Superior Federais) e de 50 hospitais Universitários que atendem aprox. 6 milhões de brasileiros.

** (Engenheiro ou Arquiteto) Tecnologia Militar (civis) dos Comandos do Ministério da Defesa cuidam das Edificações (Fortes), naves (Navios) e Equipamentos militares do Brasil.

***Engenheiro ou Arquiteto – Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos da Lei 12.277/2010 – estão em mais de 50 órgãos e entidades federais e em muitos ministérios.

****(Engenheiro ou Arquiteto) Analista do Seguro Social (do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) cuidam da rede de atendimento do INSS em todo o país, que ocupam mais de 2 mil prédios (Administração Central, Superintendências, Gerências Executivas, Agências de Atendimento da Previdência Social, Arquivos, Almoxarifados, etc). Em Wikipédia temos: Compete ao INSS a operacionalização do reconhecimento dos direitos da clientela do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atualmente abrange mais de 40 milhões de contribuintes. O Instituto possui em seu quadro administrativo quase 35.000 servidores ativos, lotados em todas as regiões do País, que atendem presencialmente mais de quatro milhões de pessoas todos os meses. E ainda: O número de beneficiários do sistema previdenciário brasileiro corresponde a 28 milhões de pessoas.

Alguns dos CARGOS DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (que não são de engenheiros e de arquitetos) com grande remunerações ainda têm um acréscimo de bônus. Já engenheiros e arquitetos quando elaboram projetos, fiscalizam contratos, cuidam da manutenção de bens têm ônus. Sim, ônus! A cada atividade destas – projeto, fiscalização e manutenção – que tem um engenheiro ou um arquiteto do Estado como responsável, haverá intensas auditorias de: um servidor da auditoria interna do órgão ou entidade federal, um auditor da CGU, um auditor do TCU, um fiscal do MPU, uma fiscalização (eventual) da polícia Federal... Muitas vezes, só o bônus destes servidores (que não são engenheiros e nem arquitetos) – a exemplo de auditor fiscal e de procuradores federais - são remuneração maiores que a remuneração total inicial de um servidor público federal engenheiro ou arquiteto.

NOTAS IMPORTANTES: 1. Aqui estamos fazendo um retrato do contexto atual. 2. Ao indicar outros cargos aqui, deixamos claro que não estamos criticando ou desmerecendo-os. Cada cargo público tem sua função e necessidade de sua existência. 3. As remunerações podem ser justas para outros cargos – cabe aos seus ocupantes manifestar sobre isso -, mas quanto aos cargos de engenheiros e de arquitetos no Governo Federal não são justas e nem adequadas às responsabilidades e às atividades exercidas. 4. O servidor público tem sua remuneração tabelada e dentro de determinados parâmetros médios – regra geral – para a vida toda. 5. A sociedade exige cada vez mais do Estado, sendo que atualmente no Brasil são mais de 214 a 216 milhões de pessoas (HABITANTES) em comunicação a todo momento, de forma direta, fazendo exigências.

R\$ 27.823,00 - MÉDIA DE PAGAMENTO TOTAL - Em geral, o salário de Procurador Federal na Advocacia-Geral da União é de R\$27.823,00. Os salários de Procurador Federal na Advocacia-Geral da União estão entre R\$26.143,00 e R\$29.583,00. Essa estimativa tem como base o(s) 8 relatório(s) de salários de Procurador Federal na Advocacia-Geral da União publicado(s) de forma sigilosa pelos funcionários ou são estimados de acordo com métodos estatísticos. Considerando bônus e remunerações extras, um Procurador Federal da Advocacia-Geral da União pode receber um salário total médio de R\$27.823,00. Fonte: https://www.glassdoor.com.br/Pagamento-mensal/Advocacia-Geral-da-Uni%C3%A3o-Procurador-Federal-Pagamento-mensal-E2483033_D_KO25,43.htm
<https://www.glassdoor.com.br/Pagamento-mensal/Advocacia-Geral-da-Uni%C3%A3o-Procurador-Federal-Pagamento-mensal-E2483033_D_KO25,43.htm>

SALÁRIO INICIAL É DE R\$ 22 MIL - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO do TCU. Fonte: Concurso público noticiado na imprensa atualmente.

Engenharia e Arquitetura = atividade de Estado = construção e preservação do Patrimônio Público + segurança e qualidade de vida da população.

Ainda sobre as remunerações no Brasil dos engenheiros e dos arquitetos da administração pública federal:

[1] SALÁRIOS INICIAIS DE ENGENHEIROS E DE ARQUITETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VARIANDO ENTRE 4 A 7 MIL REAIS VERSUS SALÁRIOS DE FORMADOS EM DIREITO COM 32 MIL REAIS – VIDE INÚMEROS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICOS PUBLICADOS EM 2020-2021. E os fiscais das construções e dos trabalhos dos engenheiros e arquitetos do Estado – auditores do TCU – ganham remuneração inicial de 22 MIL REAIS – vide concurso anunciado na imprensa!

[2] O nível médio da CGU tem remuneração maior que os Engenheiros e Arquitetos – “ensino médio para técnico federal de finanças e controle, com remuneração de R\$ 7.283,31”.

[3] CONCURSO PÚBLICO DESTE ANO DE 2022: Com o edital já publicado, o novo concurso da CGU (Controladoria-Geral da União) vai preencher 375 vagas. São 300 postos de nível médio para auditor federal de finanças e controle, com salário de R\$ 19.197,06, e 75 oportunidades de ensino médio para técnico federal de finanças e controle, com remuneração de R\$ 7.283,31. Além do Distrito Federal, há ofertas para trabalhar no Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins

[4] Em 13/06/2022 - no DOU - foi autorizado a realização de concurso público para o provimento de 1.000(mil) cargos de Técnico do Seguro Social do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social. O cargo de Técnico do Seguro Social, de nível médio e salário de R\$5.186,79.

[5] Também em 13/06/2022 - no DOU - foi Autorizado a realização de concurso público para o provimento de cargos da Receita Federal. O cargo de Analista - que há pouco tempo era de nível médio, mas atualmente é de nível superior - fará jus a uma remuneração inicial de R\$ 11.684,39.

Analista Fiscal

Receita Federal

Remuneração Inicial:

R\$ 11.684,39

Remuneração Final:

R\$ 18.076,05

Fonte: Diversas publicações na imprensa

Observação: Receita Federal do Brasil (RFB). Foi autorizada a realização do novo concurso da Receita Federal! A autorização abrange 699 vagas, das quais 230 são para o cargo de Auditor Fiscal (AFRF) e 469 para o cargo de Analista Tributário (ATRFB).

[6] Engenheiro da Iniciativa Privada – o salário inicial é de 8,5 salários mínimos – equivalente a remuneração de R\$ 10.302,00.

Nota: Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022 (Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022) - Art. 1º <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/570708444/artigo-1-da-lei-n-14358-de-01-de-junho-de-2022>> A partir de 1º de janeiro de 2022, o salário-mínimo será de R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais).Fonte: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1524594326/lei-14358-22>

[7]Engenheiro da Iniciativa Privada – Distrito Federal:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000352/2021

DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/06/2021

NÚMERO DO PROCESSO: 19964.108394/2021-16

DATA DO PROTOCOLO: 17/06/2021

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL E SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os Sindicatos convenientes acordam que a partir de 1º de maio de 2021, o piso salarial para Engenheiros, desvinculado da variação do salário mínimo do período e independente dos reajustes concedidos na Cláusula Quarta, será de R\$ 9.366,57 (nove mil trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta sete centavos), considerando a jornada de trabalho de 08 (oito) horas.

[8] ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO GOVERNO FEDERAL (MAIS DE 90% DELES) TIVERAM SEU ÚLTIMO REAJUSTE SALARIAL EM JANEIRO DE 2017.

[9] Regra geral, um obra (construção, reforma, modernização etc) de Engenharia ou Arquitetura tem um fiscal do Estado, mas seu trabalho será fiscalizado por auditoria interna da entidade em que trabalha, auditor do TCU, auditor da CGU, MP, Polícia Federal, Justiça... todos com remunerações de no mínimo 4 a 5 vezes maiores que a do único engenheiro do Estado fiscal responsável.

[10] NOTÍCIA DE 20/06/2022 – JORNAL CORREIO BRAZILIENSE:

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, pontua que os servidores esperam do próximo presidente a retomada das capacidades estatais, com a necessária valorização dos servidores e recomposição dos quadros de pessoal. Hoje a União tem menos servidores civis ativos do que dispunha em 1991. No período, a população cresceu 40% e o quadro de pessoal encolheu de 650 para 570 mi, diz.

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2022/06/5016419-de-olho-no-proximo-governo.html>

Mesmo sem reajuste desde janeiro de 2017, com salários baixos - engenheiros e arquitetos trabalharam na pandemia e foram essenciais ao povo no Brasil.

"A história é mãe da verdade, rival do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo ao presente e advertência ao futuro" - Miguel de Cervantes (1547-1616).

HÁ 4 DÉCADAS DESESTRUTURARAM A ENGENHARIA E ARQUITETURA DO ESTADO NO BRASIL. E nas 4 últimas décadas, o Brasil já teve 2 décadas perdidas (1981-1990 e 2011-2020)! A produtividade do trabalhador brasileiro é praticamente a mesma por 4 décadas!!!

Um exame do crescimento do PIB do Brasil nestes últimos 120 anos (período em que temos ele medido no país), se pode observar claramente que o Brasil teve seus maiores crescimento quando se valorizou os Engenheiros e Arquitetos no Estado brasileiro: 1941 até 1980.

“ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?

O autor da Emenda Constitucional nº 19, de 1998 (EC 19) foi o então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (no Governo FHC, em 1995-1998).

Nota (1): a EC 19 criou as “CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO”, que não tem nada a ver com o Regime Jurídico Único (= Lei 8.112/90), sendo que este também já sofreu muitas alterações, inclusive algumas por iniciativa parlamentar (desde que não trate de recursos orçamentários, foi possível).

Em ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (em 27/08/2012), sob o título “Onde estão nossos engenheiros?”, o ex-ministro Bresser-Pereira expôs a importância para o país dos Engenheiros.

“ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?

Há advogados e economistas de sobra, MAS FALTAM DRAMATICAMENTE ENGENHEIROS. ENQUANTO MAIS DE 80% DA ALTA BUROCRACIA CHINESA É FORMADA POR ENGENHEIROS, NO BRASIL NÃO DEVEM SOMAR NEM MESMO 10%.

ORA, SE HÁ UMA PROFISSÃO QUE É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO, TANTO NO SETOR PRIVADO QUANTO NO GOVERNO, É A ENGENHARIA. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.

Mas isto foi esquecido no Brasil...

A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980...

Há quatro setores no governo: jurídico, econômico, social e de engenharia. Ninguém tem força para desmontar os dois primeiros; seria possível desmontar o setor social, mas, com a transição democrática e a Constituição de 1988, ele passara a ser prioritário. RESTAVA O SETOR DE ENGENHARIA - FOI ESSE O SETOR QUE SE DESMONTOU ENQUANTO SE PRIVATIZAVAM AS EMPRESAS.

Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje.

AGORA O PROBLEMA ESTÁ CLARO. FORTALECER A ENGENHARIA BRASILEIRA NOS TRÊS NÍVEIS DO ESTADO É PRIORIDADE.

O BRASIL E SEU ESTADO PRECISAM DE ENGENHEIROS. DE MUITOS. VAMOS TRATAR DE FORMÁ-LOS E PRESTIGIÁ-LOS.”

Fonte: Extraído no Jornal Folha de S. Paulo em 27/08/2012. Destaques em “caixa alta”.

BRASIL - CHINA

O PIB da China que em 1980 era equivalente a 1,5 do PIB brasileiro, atualmente é de mais de 11 vezes (estimativas publicadas na imprensa em 2/dez/2021). Lá por volta de 1980, a China estruturou os Engenheiros e Arquitetos no Estado; já o Brasil fez o inverso: desestruturou. A China construiu ampla infraestrutura no país, permitindo crescimento econômico por todo o país e se tornando o país que mais cresceu nestas últimas 4 décadas no mundo.

BRASIL

“BRASIL, PAÍS DO FUTURO” - mais de 80 ANOS SEM CHEGAR LÁ

“BRASIL, PAÍS DO FUTURO” – simbolismo criado em 1941, decorridos mais de 80 anos depois e ainda não chegou.

PAÍS DESENVOLVIDO E O BRASIL (PAÍS EM DESENVOLVIMENTO)

HÁ NO MUNDO ATUAL 57 PAÍSES CONSIDERADOS DESENVOLVIDOS, MAS O BRASIL NÃO ESTÁ ENTRE ELES. O BRASIL É CONSIDERADO PAÍS EM DESENVOLVIMENTO.

PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR NO PAÍS. “Ampliar produtividade é o mais importante. A medida é vital para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida, diz Barros.” Trechos da entrevista concedida ao [jornal] O Estado de S. Paulo por Ricardo Paes de Barros. Ricardo Paes de Barros tornou-se um dos maiores especialistas em políticas públicas do Brasil. Na época da entrevista era o subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Disse ele: “mais importante do que entender a redução na velocidade de queda da desigualdade, é descobrir os mistérios que mantêm a produtividade brasileira estagnada por várias décadas”. “Para reduzir a pobreza, fortalecer a classe média e continuar num processo de ascensão e de melhoria das condições de vida, o mais importante não é redução da desigualdade, mas o aumento da produtividade”, afirma. O cenário atual tem deixado o Brasil para trás, segundo Paes de Barros. “O crescimento da produtividade brasileira tem sido inferior até aos registros de avanço da africana.”

Algo elementar de se observar em países desenvolvido, mas com grande dificuldades aos estudiosos da economia no Brasil. A infraestrutura aumenta a produtividade e permite a educação ampliar a produtividade. Mas sem engenharia (infraestrutura) o país "patina" na produtividade, até com mais educação.

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1836509-estudo-nao-aumenta-eficiencia-do-trabalho-no-brasil-diz-pesquisa.shtml>>

ESTUDO NÃO AUMENTA EFICIÊNCIA DO TRABALHO NO BRASIL, diz Ricardo Paes de Barros ... 29 de nov. de 2016.
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1836509-estudo-nao-aumenta-eficiencia-do-trabalho-no-brasil-diz-pesquisa.shtml>>

Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1836509-estudo-nao-aumenta-eficiencia-do-trabalho-no-brasil-diz-pesquisa.shtml>

EDUCAÇÃO ESTÁ DESCONECTADA DA PRODUTIVIDADE, DIZ RICARDO BARROS

Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil a escolaridade do trabalhador não está refletindo na produtividade, alertou o economista em palestra na reunião de diretoria da FIESC

Florianópolis, 21.10.2016 – “Estamos produzindo muita educação, mas absolutamente desconectada da produtividade. Sem esse apoio vai ser difícil. Estamos em apuros”, alertou o professor do Insper e economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros, durante reunião de diretoria da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), nesta sexta-feira (21), em Florianópolis. “Não existe País rico no longo prazo que não tenha produtividade”, disse.

Ricardo disse que há consenso de que a educação melhora a produtividade. Diversos países investiram nesse modelo e colheram os resultados. E citou como exemplo alguns países onde cada ano de escolaridade gera mais de produtividade por trabalhador: na China US\$ 3,5 mil e na Malásia US\$ 2,5 mil por série adicional. “No Brasil, esse valor é US\$ 0,2 mil por série adicional. A produtividade simplesmente não vem respondendo a aumentos na escolaridade. O Brasil conseguiu designificar a educação para a economia. Ou seja, estamos produzindo muita educação, que até pode ser de muito boa qualidade, mas absolutamente desconectada da produtividade”, declarou.

HÁ 3 VARIÁVEIS BÁSICAS PARA QUALQUER PAÍS SER DE PRIMEIRO MUNDO, até fáceis de se enxergar (basta comparar países desenvolvidos com países em desenvolvimento ou de 3º mundo), que são: infraestrutura de primeiro mundo, educação de primeiro mundo e inovação tecnológica (ou inovações e tecnologias - outro nome para engenharia e suas criações (inovações)). Esta última é fruto das duas primeiras. E na infraestrutura, o essencial é a aplicação da ciência, das técnicas e das práticas da Engenharia, Arquitetura e Urbanismo...

Estes quesitos econômicos básicos criam outros quesitos que caracterizam os países de Primeiro Mundo: setor industrial diversificado; economia desenvolvida e fortalecida; setor agropecuário modernizado (com pesquisas de engenheiros agrônomos); mão de obra qualificada, com uso de tecnologias em todos os segmentos de atividade; elevado desenvolvimento científico e tecnológico; modernos sistemas de transportes e de comunicação; população urbana maior que a rural; população economicamente ativa inserida, especialmente, no setor secundário e terciário da economia; alto índice de alfabetização; excelente qualidade de vida (boa alimentação, habitação, serviço sanitário de qualidade, elevada expectativa de vida e etc).

Com infraestrutura (Engenharia) e educação virão: inovação, tecnologia, desenvolvimento, industrialização, infraestrutura básica para o país e para as cidades, diminuição da desigualdade, maiores possibilidades de atividades produtivas, ampliação da oferta de empregos, aumento da produtividade do trabalhador, logística para distribuição da produção, modernização, desenvolvimento e crescimento econômicos, melhoria da saúde da população, amplas possibilidades para todos...

A Engenharia é um fator determinante para o desenvolvimento econômico das nações. Cada vez mais a criação e a produção de bens de grande valor agregado fazem a diferença na balança comercial do mundo globalizado. A

capacidade de inovação depende de vários fatores, entre eles a existência, quantidade e qualidade de profissionais de Engenharia.

A Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. Investiu no ensino de engenharia e o país virou uma potência tecnológica mundial

Como está a imagem do Brasil e da ciência brasileira nos outros países?

Entre aqueles que têm mais informações, há uma posição de perplexidade. As pessoas não entendem como um país como o nosso, com potencial gigantesco humano e natural, não é um dos mais importantes do mundo.

Por que os investimentos nas pesquisas científicas nunca foram prioridade no Brasil?

O destino da ciência no Brasil fica na mão dos políticos, dos governos, que têm maior ou menor compreensão do que ela representa para o futuro econômico do País. Esta é uma das minhas grandes preocupações. Até os anos 1950, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. O Estado sul-coreano decidiu investir violentamente no ensino de engenharia e o país virou o que todos conhecemos hoje: uma potência tecnológica mundial. Fazer escolhas assim muda uma nação. A produção tecnológica brasileira poderia ser muito maior. Uma vez, fiz uma palestra no Senado e perguntei à audiência porque o Brasil não produzia um aparelho de Iphone, por exemplo. O que faltava para que pudéssemos virar potências tecnológicas como a Índia e a China? O Brasil está ficando para trás.

Marcelo Gleiser, premiado físico, nascido no Rio e radicado no Estados Unidos - é pesquisador da prestigiosa Faculdade de Dartmouth, nos Estados Unidos, e tem uma série de livros publicados, pelos quais já recebeu dois Jabutis. Em 29/05/2019, ele foi o primeiro latino-americano a receber o prêmio Templeton, nos EUA.

Fontes: Revista ISTOÉ, revista Época...

Nota: Marcelo Gleiser esteve algumas vezes no Senado (por exemplo: em 2012 e em 2013) - e citou para os Senadores: "A Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. Investiu no ensino de engenharia e o país virou uma potência tecnológica mundial".

OUTRAS NOTÍCIAS SOBRE O PIB BRASILEIRO:

PIB: BRASIL TERMINA 2020 COM SEGUNDA DÉCADA PERDIDA — E A PIOR DESDE 1900

Ritmo de crescimento foi o pior em 120 anos e PIB per capita retrocedeu aos níveis de 2009

CNN - Juliana Elias, do CNN Brasil Business, em São Paulo - 03 de março de 2021 às 09:40 | Atualizado 03 de março de 2021 às 13:47

Atingido por duas das piores recessões de sua história em apenas cinco anos, o Brasil fecha o ciclo dos anos de 2010 tendo vivido a pior década de que se tem registro em mais de um século na economia do país. Efeito direto da pandemia que paralisou a economia global em proporções jamais vistas, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve em 2020 uma queda histórica de 4,1% <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/03/pib-brasileiro-recua-no-ano-apesar-do-avanco-no-quarto-trimestre>> . O resultado foi divulgado nesta quarta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Extraído em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/03/pib-...>

BRASIL TEM PIOR DÉCADA PARA A ECONOMIA EM 120 ANOS

No período de 2011 a 2020 - Avança 0,3%, na média anual

Poder 360 - Gabriella Soares <<https://www.poder360.com.br/author/gabriella-soares/>> - 03.mar.2021 (quarta-feira) - 12h45

Com duas recessões em 5 anos, o Brasil fechou a década de 2011 a 2020 como o pior período para a economia em 120 anos. Por ano, o crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto) foi de apenas 0,3%, segundo cálculos da FGV (Fundação Getúlio Vargas). É o menor desde a década de 1901. Os dados são de estudo do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Fonte: Extraído em <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-tem-pior-decada>
<<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-tem-pior-decada>> ...

NOTÍCIA DE 12/4/2021:

PIB PER CAPITA DO BRASIL DERRETE NA COMPARAÇÃO GLOBAL

Em nova “década perdida”, país cai em ranking e vê vantagem de renda para emergentes desabar

Valor Investe - Por Anaïs Fernandes e Álvaro Fagundes, Valor — São Paulo - 12/04/2021 09h27 Atualizado há 3 dias

O Brasil, que iniciou a década passada na 77ª posição entre os maiores PIBs per capita globais em paridade do poder de compra (PPC), chegou a 2020 no 85º lugar, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicados na semana passada. O relatório traz informações de mais de 190 países.

Fonte: Extraído em <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil...>

HÁ 4 DÉCADAS DESESTRUTURARAM A ENGENHARIA E ARQUITETURA DO ESTADO NO BRASIL. E nas 4 últimas décadas, o Brasil já teve 2 décadas perdidas (1981-1990 e 2011-2020)!

RELEMBRANDO NOTÍCIA:

MAIS DE 5 MILHÕES DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS PRECISAM DE CRECHE NO BRASIL, APONTA LEVANTAMENTO

Índice de Necessidade de Creche (INC) leva em conta crianças de famílias pobres, pais 'solo' ou em que as mães poderiam trabalhar se houvesse vaga para os filhos.

Por Ana Carolina Moreno, TV Globo - 25/08/2020 07h00

Quase metade de todas as crianças de 0 a 3 anos no Brasil tem necessidade de uma vaga em creche, segundo o novo Índice de Necessidade de Creche (INC), um indicador criado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e divulgado pela primeira vez nesta terça-feira (25). De 11.767.885 crianças nessa faixa etária no país, de acordo com

as estimativas para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5.414.989, ou 46% do total, precisam da creche, seja porque as famílias são pobres, porque são chefiadas por apenas uma pessoa adulta, ou porque suas mães ou principais pessoas cuidadoras trabalham, são economicamente ativas.

Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/mais-de-5-milhoes-de-criancas-de-0-a-3-anos-precisam-de-creche-no-brasil-aponta-levantamento.ghtml> <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/mais-de-5-milhoes-de-criancas-de-0-a-3-anos-precisam-de-creche-no-brasil-aponta-levantamento.ghtml>>

OUTRA NOTÍCIA DE 23/10/2018:

BRASIL PERDEU MAIS DE 40 MIL LEITOS DO SUS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Estudo da CNM aponta ainda crescimento de leitos na rede privada

Publicado em 23/10/2018 - 12:52 Por Paula Laboissière - Repórter da Agência Brasil – Brasília - Atualizado em 23/10/2018 - 14:53

Levantamento divulgado hoje (23) pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que O BRASIL PERDEU, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, MAIS DE 41 MIL LEITOS HOSPITALARES NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). Em 2008, o total de leitos na rede pública era de 344.573. Em 2018, o total chegava a 303.185.

CORRUPÇÃO

No ranking de corrupção em 2019, o Brasil ficou em 106º lugar no estudo da Transparência Internacional. O índice analisa aspectos como: propina, desvio de recursos públicos, burocracia excessiva, nepotismo e habilidade dos governos em conter a corrupção. Fonte: G1 em 23/01/2020.

CORRUPÇÃO NO BRASIL - EM WIKIPÉDIA (EXTRAÍDO EM 14/4/2021 – FONTE:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Corrup%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)

A CORRUPÇÃO <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Corrup%C3%A7%C3%A3o>> NO BRASIL

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>> afeta diretamente o bem-estar

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social> dos cidadãos ao diminuir os investimentos públicos na saúde, na educação, em infraestrutura, segurança, habitação, entre outros direitos essenciais à vida, e fere a

Constituição <https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Brasileira_de_1988> ao ampliar a exclusão social <https://pt.wikipedia.org/wiki/Exclus%C3%A3o_social> e a desigualdade econômica

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Desigualdade_econ%C3%B4mica> .

Geralmente, a corrupção ocorre por meio de recursos dos orçamentos públicos da União, dos Estados e dos Municípios <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_Or%C3%A7ament%C3%A1rias> destinados à saúde, à educação, à previdência e à programas sociais e de infraestrutura, que são desviados para financiar campanhas eleitorais, corromper funcionários públicos <https://pt.wikipedia.org/wiki/Funcion%C3%A1rios_p%C3%BAblicos> , ou mesmo para contas bancárias pessoais no exterior.

Uma forma de corrupção comum no Brasil é o desvio de fundos públicos por meio de superfaturamento <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Superfaturamento>> . Essa técnica permite que o indivíduo se enriqueça e também financie campanhas políticas e está intimamente ligada aos contratos públicos com empresas privadas.

Estudos da Fundação Getúlio Vargas

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Get%C3%BAlio_Vargas> (FGV) de 2009 estimam que

economia brasileira perde com a corrupção, todos os anos, de um a quatro por cento do Produto Interno Bruto <https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_Interno_Bruto> (PIB), o equivalente a um valor superior a 30 bilhões de reais. No ano seguinte, um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo <https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_das_Ind%C3%BAstrias_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo> (Fiesp) apontou que o custo anual da corrupção no país é de 1,38 por cento a 2,3 por cento do PIB. Em 2013, um estudo da Confederação Nacional da Indústria <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confedera%C3%A7%C3%A3o_Nacional_da_Ind%C3%BAstria> (CNI) mostrou que cada um real desviado pela corrupção representa um dano para a economia e para a sociedade de três reais.

A Polícia Federal <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Federal_do_Brasil> considera a OPERAÇÃO LAVA JATO <https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato> A MAIOR INVESTIGAÇÃO DE CORRUPÇÃO DA HISTÓRIA DO PAÍS, e o DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS <https://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_de_Justi%C3%A7a_dos_Estados_Unidos> CONSIDERA O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DO GRUPO ODEBRECHT <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Odebrecht> , INVESTIGADO PELA LAVA JATO, COMO O MAIOR PAGAMENTO DE PROPINA <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Suborno>> DA HISTÓRIA MUNDIAL. A Lava Jato revelou um quadro de corrupção sistêmica <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corrup%C3%A7%C3%A3o#Corrup%C3%A7%C3%A3o_sist%C3%AAmica> no Brasil, mostrando que a corrupção passou a fazer parte do próprio sistema.

Em 2015, uma pesquisa de opinião realizada pelo instituto Datafolha <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Datafolha> , indicou que a corrupção é o maior problema no Brasil.

Em junho de 2017, a Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DICOR/PF) <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Federal_do_Brasil#Diretoria_de_Combate_ao_Crime_Organizado_-_DICOR> totalizou que, a partir de 2013, AS PERDAS COM DIVERSOS DESVIOS ATINGIRAM PERTO DE 123 BILHÕES DE REAIS.

NOTÍCIA DE 30/AGOSTO/2019:

OBRAS INACABADAS NO BRASIL: UM PROBLEMA ESTRUTURAL

MAIS DE 14 MIL OBRAS INACABAS (ESTIMA-SE CONSERVADORAMENTE PRECISAR DE 130 BILHÕES PARA CONCLUIR)

O acórdão do TCU (Acórdão nº 1079/2019 do TCU <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/obras-paralisadas-no-pais-causas-e-solucoes.htm>>) traz dados alarmantes e recomendações fundamentais para enfrentar a situação das obras públicas paralisadas e inacabadas no país. O Tribunal analisou mais de 38 mil obras com recursos federais, e observou que pelo menos 37% se encontravam paralisadas ou abandonadas, com investimento total previsto de R\$ 144 bilhões.

O acórdão concentrou-se em focar nas principais causas para os problemas nas obras do PAC, devido à ausência de dados mais sistemáticos para as demais obras. As causas apontadas incluem projeto básico deficiente, insuficiência de recursos de contrapartida e dificuldades dos entes subnacionais em gerir os recursos recebidos.

Quais as causas raízes para este problema? No mundo ideal, para realização de convênio com o governo federal, uma prefeitura faria estudo de viabilidade técnica e econômica, de demanda, projeto básico, pedido de convênio, previsão orçamentária da contrapartida e receberia os recursos no prazo adequado. Na prática, raramente isso ocorre. O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), por exemplo, lista catorze elementos de um projeto básico <http://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/orientacao_tecnica.pdf> de edificações (projeto arquitetônico, levantamento topográfico, projetos de instalações hidráulicas, elétricas etc.). De acordo com relatos de representantes das prefeituras que ouvimos no projeto Obra Transparente <<https://www.transparencia.org.br/projetos/obratransparente>> , havia quem achasse que o projeto arquitetônico padrão ofertado pelo FNDE <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia/eixos-de-atuacao/projetos-arquitetonicos-para-construcao>> para construção de creches era o projeto básico. E o projeto arquitetônico é apenas um dos catorze itens recomendados pelo IBRAOP.

Outra dificuldade é a contratação em número suficiente de engenheiros ou arquitetos para a fiscalização da execução de contratos pelas prefeituras.

Do lado do governo federal, falta planejamento e controle, e isso fica evidente quando avaliamos a disponibilidade de recursos. Para concluir as obras paralisadas com o orçamento original (estimativa conservadora, portanto), seriam necessários mais de R\$ 130 bilhões, montante muito acima da capacidade de investimento do estado...

Na audiência pública, os representantes da CGU e TCU lembraram que já houve comissão de obras inacabadas no Congresso em 1995, bem como diversas auditorias do TCU sobre o assunto ao longo dos anos.

Como os incentivos estruturais do sistema continuam basicamente os mesmos – falta de planejamento pelo ente subnacional, falta de planejamento do governo federal e falta de controle –, o equilíbrio resultante é o mesmo: um grande volume de obras inacabadas. Enquanto não enfrentarmos as causas raízes da questão, medidas paliativas poderão aliviar os sintomas, mas não erradicar o problema.

Fonte: Extraído de artigo de Manoel Galdino - Diretor-executivo da Transparência Brasil - Publicado em 30 de agosto de 2019 <<https://www.transparencia.org.br/blog/coluna-10-obras-inacabadas-no-brasil-um-problema-estrutural/>> - Fonte: <https://www.transparencia.org.br/blog/coluna-10-obras-inacabadas-no-brasil-um-problema-estrutural/>

PRESIDENTE DO TCU VÊ PROBLEMA DE GESTÃO E CRITICA ATRASOS NAS OBRAS

Augusto Nardes fala sobre falhas identificadas pelo Tribunal de Contas da União. Dificuldades que, para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, TRATA-SE DE UM PROBLEMA DE GESTÃO QUE AFETA TODOS OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA DO PAÍS: UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. Ele detalhou ainda OS PROBLEMAS DE SOBREPÊÇO ENCONTRADOS PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR E APONTOU AS FALHAS DE PLANEJAMENTO COMO UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS PARA O ATRASO DE OBRAS E AUMENTO DE CUSTOS.

Fonte: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/06/...>
<<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/06/...>>

BRASIL TEM UM DOS MENORES PERCENTUAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS NA OCDE

Notícia de 2016 da OCDE demonstrava que a maioria dos países da OCDE tem muito maior percentual de servidor público em relação a sua população do que o Brasil. Veja na fonte:

<https://www.infomoney.com.br/colunistas/terrace-economico/funcionalismo-publico-no-brasil-um-grafico-para-mudar-sua-visao/>

Essas notícias relatam (demonstram) alguns dos milhares de exemplos de problemas relacionados com as atribuições e deveres do Estado no Brasil. Faltam: quadros técnicos, estrutura, planejamento, gestão, controles, etc na Administração Pública brasileira. Precisamos de obras contratadas com base em bons projetos de arquitetura e de engenharia para termos empreendimentos de qualidade. Sem isso, as coisas não caminham, e deixamos as oportunidades do desenvolvimento e de melhorias para a população de lado, sem alcançarmos as potencialidades que temos e que precisamos implementar.

VACINA ANTICORRUPÇÃO E APÓLICE DE SEGURO. Fazendo referência à recente Lei Anticorrupção, o presidente do Sinaenco finalizou sua apresentação (em Audiência Pública no Senado sobre legado da Copa) lembrando que o

projeto completo de engenharia serve como uma verdadeira vacina anticorrupção, pois é o instrumento que define o prazo e o custo da obra. “Com o projeto na mão, quem contrata sabe o que está contratando e quem é contratado sabe o que entregar. Além de uma vacina anticorrupção, funciona como uma apólice de seguro para quem entra na licitação, pois ele permite o total controle sobre o que está sendo construído”, destacou José Roberto Bernasconi.

Do “ATALHO PARA MALFEITOS” - artigo de Sérgio Magalhães publicado na Folha de S.Paulo de 26/04/14 – destacamos:

“Nas décadas de inflação era difícil superar a lógica da premência: qualquer coisa agora é melhor do que nada amanhã. Os incipientes sistemas públicos de planejamento e de gerenciamento de obras foram esvaziados.

Com a estabilidade e o crescimento econômico afloraram as emendas reprimidas e outras tantas se apresentaram. Mas, o serviço público vê-se às voltas com a falta de quadros técnicos de planejamento e de gerenciamento de projetos e obras; e com a abundância de quadros político-partidários, em geral despreparados para as funções...

O interesse público está na adequação da obra às necessidades da coletividade, na boa qualidade dos serviços e no seu preço justo. Isto exige um trabalho continuado que começa em definir o que se quer (o “Programa de Necessidades”), passa pela elaboração de projetos completos, seus licenciamentos, orçamentos confiáveis e transparentes, por uma licitação de obra que permita a concorrência, o gerenciamento dos projetos e o acompanhamento gerencial da obra.

Se os governos querem pressa precisam melhorar seus processos de decisão, o que se faz com órgãos técnicos de planejamento estruturados como função de Estado. É o que o mundo desenvolvido aprendeu.

UMA LIÇÃO DEIXADA SOBRE ENGENHEIROS

O saudoso PRÍNCIPE PHILIP (esposo de Elizabeth II, atual Rainha do Reino Unido e de quinze outros Estados independentes conhecidos como Reinos da Comunidade de Nações) ELOGIOU ENGENHEIROS COMO “PERDENDO APENAS PARA DEUS”.

Príncipe Philip chegou a dizer em 2016 que engenheiros executam tais funções essenciais que é difícil imaginar a vida sem eles.

O duque de Edimburgo elogiou o trabalho vital dos engenheiros: “TUDO QUE NÃO É INVENTADO POR DEUS É INVENTADO POR UM ENGENHEIRO”.

Ele também disse que os engenheiros possuem a chave para o futuro da humanidade e sua capacidade de continuar a prosperar no planeta.

O Príncipe Philip deu entrevista ao programa TODAY da BBC Radio 4: “Toda a nossa infraestrutura, de esgotos à fontes de alimentação e comunicação, tudo o que não foi inventado por Deus é inventado por um engenheiro.”

O príncipe disse que os engenheiros podem desempenhar um papel chave para ajudar a resolver os problemas causados pelo aumento da população mundial.

“A população está crescendo e está ocupando mais espaço. Tem que ser acomodado de alguma forma. Mas de uma forma com equilíbrio, para termos o máximo de pessoas neste mundo o mais confortavelmente possível, sem fazer muito dano; eu acho que em última análise, os engenheiros irão decidir isso.”

O duque relatou que o seu próprio interesse em engenharia começou durante a guerra, quando ele teve de realizar tarefas básicas de engenharia como um jovem cadete naval. Mas sua percepção de que os engenheiros poderiam

desempenhar um papel central na sociedade veio a ele depois da guerra, quando fez inspeção dos danos infligidos à Grã-Bretanha por anos de conflito.

“Pareceu-me que a única coisa que realmente precisava de incentivo foi a fabricação, que sempre foi dependente de engenharia, para tentar recuperar os estragos da guerra. Estávamos completamente aquém, muito danificado. A única maneira para recuperar a viabilidade era através da engenharia” – disse ele.

Fonte: Extraído em <https://engenhariae.com.br/editorial/colunas/principe-philip-elogiou-engenheiros-como-perdendo- apenas-para-deus>

“O FUTURO DO MUNDO DEPENDE DOS ENGENHEIROS”,

diz economista Jeffrey Sachs.

Folha De S.Paulo - 21/11/2017 02h00 – BBC.

É dos engenheiros que o mundo precisa para evitar a destruição da biodiversidade, a catástrofe climática e o alastramento da pobreza, afirma o economista Jeffrey Sachs, professor Da Universidade Columbia (EUA). À FRENTE DOS “OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU”, Sachs tem se dedicado a descobrir como pôr em prática o compromisso firmado em 2015. Fonte: <http://m.folha.uol.com.br/.../1936786-futuro-do-mundo-depender...>

Trabalho decente, educação de qualidade, fome zero, inovação industrial e consumo responsável são alguns dos 17 objetivos que deveriam ser alcançados até 2030, segundo documento subscrito por 193 membros da ONU (Organizações das Nações Unidas).

A missão de tornar reais as ideias precisa passar das mãos dos diplomatas para a dos engenheiros, segundo ele, porque o que falta são sistemas para operacionalizar o conhecimento.

"Engenheiros, porém, costumam ser contratados para dar lucro", observou em entrevista após a palestra.

Para Sachs, as soluções de engenharia terão que ser financiadas por governos, filantropos e impostos sobre as empresas e as pessoas mais ricas. "Precisamos olhar para o desenvolvimento sustentável não apenas como uma atividade orientada pelo mercado, mas para o bem social e o interesse público."

DAS PRANCHETAS DOS ENGENHEIROS, ELE ESPERA QUE SAIAM CINCO GRANDES TRANSFORMAÇÕES:

- [1] DAS FONTES DE ENERGIA, acabando com o uso de petróleo e carvão;
- [2] DO USO DA TERRA, produzindo alimentos sem destruir a biodiversidade, esgotar ou poluir as fontes de água e o solo;
- [3] DAS CIDADES, preparando-se para receber bilhões de novos moradores;
- [4] DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, fornecendo saúde e educação de qualidade para todas as pessoas e das sociedades; e
- [5] TREINANDO E EDUCANDO AS PESSOAS para que se adaptem a um mundo de profunda inovação tecnológica - falou sobre o risco de tecnologias elevarem a desigualdade.

Sachs tem atuado como assessor especial dos três últimos secretários-gerais da Organização das Nações Unidas (ONU): Kofi Annan, Ban Ki-Moon e o atual António Guterres.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/11/1936786-futuro-do-mundo-depender-dos-engenheiros-diz-economista-jeffrey-sachs.shtml>

PATRONO DO SENADO

O grande brasileiro RUY BARBOSA, Patrono do Senado, que tem um busto no Plenário, acima da Mesa Diretora, já disse:

"A injustiça, senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade [...] promove a relaxação, insufla a cortesia, a baixeza, sob todas as suas formas."

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a) da República,

Vimos solicitar a Vossa Excelência auxiliar em pautar para votação no Plenário do SENADO FEDERAL e para votar favoravelmente pelo PLC 13/2013 e pela PEC 14/2015. E na CCJ/Senado o PLS 303/2018. Tais propostas legislativas são soluções para parte dos principais problemas no Brasil pelo indicativo simbólico que trazem.

Nenhuma destas propostas legislativas traz despesas. Mas sinaliza um reinício simbólico da valorização no Brasil para os profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia – “agentes do desenvolvimento do país e para seu povo, agentes da infraestrutura, agentes de país de primeiro mundo...”.

O verdadeiro progresso e prosperidade de uma pessoa ou sociedade estão diretamente ligados a eliminação da ignorância, em todos os seus sentidos possíveis.

Há mais de 100 atividades previstas na Constituição Federal do Brasil para execução do governo federal que indicam as necessidades de se ter assistência de engenheiros e de arquitetos para sua execução e cumprimento das obrigações constitucionais; e outras mais de 50 atividades para Estados, DF e Municípios que também assim exigem. Políticas públicas, políticas de Estado e políticas de governo; cumprimento da Constituição Federal e de inúmeras outras legislações; atividades estratégicas para a nação; planejamento do território (das unidades da federação, das localidades e do contexto do país no mundo); e outras exigências de infraestrutura e desenvolvimento para o povo brasileiro exigem do Estado ter quadro de profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (especialistas, estruturados e que permitam uma boa gestão pública – que formam a “inteligência de Estado”).

RACIOCÍNIO ELEMENTAR - PELA ORGANIZAÇÃO MODERNA DA GESTÃO PÚBLICA.

O PIB brasileiro, o montante dos recursos financeiros utilizados e produzidos no Brasil durante um ano tem uma proporção aproximada de 38% Estado e 62% Iniciativa Privada. A Engenharia está em mais de 90% da produção no país – aqui ou em qualquer outro lugar no mundo. Água para uso (da indústria, da agricultura, do ser humano, etc), energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico, infraestrutura, rede logística, etc – tudo isso é construção de engenheiros e arquitetos. Também está na produção industrial, na construção civil, na indústria naval, na indústria do petróleo, na indústria aeronáutica, na extração mineral, por quase todo setor produtivo... No Estado brasileiro (5.570 municípios, 26 Estados, Distrito Federal e União) devem existir aproximadamente 70 mil engenheiros e arquitetos (estimativa), já na Iniciativa Privada devem atuar mais de 1,5 milhão de engenheiros e

arquitetos (com informações do Confea e CAU/Brasil). Portanto, por raciocínio elementar, é preciso valorizar, organizar, estruturar, melhorar a gestão, modernizar (implementar gestão sistêmica, integrada, digital, gerencial, colaborativa (integrada) entre todos os entes da federação e com controles das atividades e dos recursos estratégicos ao país e/ou sob orientações (regramentos) do Estado) – com engenheiros e arquitetos do Estado no Brasil.

Inexiste planejamento integrado no Brasil em qualquer Unidade da Federação (U, E, DF e M)!!! – Nota: aquilo que chamam de planejamento integrado é a juntada de diversos planejamento individualizado por área, por órgão, por entidade, por diversas entidades com obras e serviços de engenharia, etc numa listagem única, como se tivesse algo integrado, quando em verdade cada um fez sem observar o outro e o todo!!! – Lamentavelmente – “todos enxergam a árvore, mas ninguém enxerga a floresta”.

O Estado é o indutor do desenvolvimento e do crescimento econômico do país e das melhorias na vida de seus habitantes!

A ciência, as técnicas e as práticas dos engenheiros e dos arquitetos urbanistas construíram quase todas as construções que o homem fez sobre a terra e no subsolo. Mas não param por aí os feitos heróicos destes humanos profissionais – também são responsáveis no mundo atual pelas técnicas de produção de alimentos em grande quantidade e de melhor qualidade!

A eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processos de trabalho.

A profissionalização da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.

"No melhor uso dos recursos humanos está a principal oportunidade para aumentar a produtividade... A administração de homens deve ser a primeira e principal preocupação da administração operante, em vez da administração de coisas e técnicas." – Peter F. Ducker, The New Society.

“Planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com um futuro de decisões presentes”. - Peter Drucker (considerado o pai da administração moderna)

“Nós não podemos entender onde estamos indo sem um entendimento de onde estivemos.” (Douglass North - economista prêmio Nobel de 1993)

Prêmio Nobel DOUGLASS NORTH

“Precisamos de instituições fortes, regras claras e mais duradouras.”

Douglass North – Prêmio Nobel de Economia – fez estudos que comprovaram (e ele ganhou um Nobel por estes estudos) a importância das Instituições para o desenvolvimento econômico de longo prazo na história econômica de cada sociedade. Para North, teria sido precisamente a fragilidade de suas instituições, desde os processos de

Independência, o que teria bloqueado – para países com amplos recursos naturais como o Brasil, México e Argentina – a possibilidade de que estes viessem a se tornar nações ricas como os Estados Unidos da América, nação extraordinariamente fortalecida no aspecto institucional. Vale também lembrar o diagnóstico de North para a história dos países da América Latina, que desde a época colonial teriam apresentado uma tendência da personalização das relações comerciais entre indivíduos, afastando estas sociedades da criação de mecanismos formais eficientes (isto é, do fortalecimento institucional). Em síntese interpretativa, as instituições melhoram as relações de trocas e diminuem os desperdícios (que são custos).

Atualmente já existem 16 carreiras que são "Típicas de Estado" como, por exemplo, advogados (que há na Iniciativa Privada e na Administração Pública). Portanto, chegou a hora dos Engenheiros e dos Arquitetos – tão importante ao futuro da Nação.

Espero contar com sua sensibilidade para as soluções necessárias ao País e sua inteligência para avançar na estruturação da Administração Pública de forma eficaz para corrigir o que é necessário pelo bem do futuro da Nação. Precisamos lutar por um país melhor para todos e por uma evolução para as futuras gerações.

"Saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo." - Victor Hugo

Cabe ao Congresso Nacional deliberar pela melhoria da organização do Estado no Brasil.

ENGENHEIROS SÃO OS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO E DA PROSPERIDADE DE UM PAÍS, DE UMA LOCALIDADE, DO POVO E DO MUNDO.

Quem cuida da infraestrutura de um país, de uma região, de uma cidade, de uma localidade... são ENGENHEIROS E ARQUITETOS.

O Estado precisa melhorar a gestão e valorizar os profissionais nas áreas de Engenharia e de Arquitetura por todas as unidades da Federação (U, E, DF e M).

O ESTADO e a NAÇÃO existem para servir um POVO em um determinado TERRITÓRIO. Cuidar do território para a vida da população exige: governo, regras e infraestrutura. E a infraestrutura é provida por engenheiros e arquitetos ("Agentes do desenvolvimento de uma nação"). Cabe ao Estado (U, E, DF e M) garantir às condições necessárias da população, tendo que com premissas básicas para: condições de vida, saúde, educação, condições legais de viver, trabalhar, etc. como também estabelecer regras de convivência, dar proteção e permitir igualdade de oportunidade para empreender e prosperar. A Infraestrutura do território e para a população é uma atividade de controle estratégico do Estado, que pode ser executada tanto pelo Estado como por meio da Iniciativa Privada, mas respeitando regramento estatal.

Nossas manifestações a Vossa Excelência visam contribuir com o bem-estar e o desenvolvimento do povo brasileiro em nosso país, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Recorremos a Vossa Excelência – Senador da República – para que votem pela aprovação das Propostas Legislativas PLC 13/2013, PEC 14/2015 e PLS 303/2018.

EM DEUS CONFIAMOS!

Paz e prosperidade constantes ao povo brasileiro!

Por um país melhor para todos!

Por um mundo sem inimigos!

Somos todos irmãos. Paz e bem!

Respeitosamente,

Brasília/DF, 21 de junho de 2022

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho José Roberto Senno

Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal.

E.SF.093.2022 – 21/06/2022 – SAM, SJ, NSCA e ST conosco!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 54/2022 – ATRSGM

Juntem-se, à página oficial de tramitação das proposições legislativas, cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. PL 2918/2021 (SLSF) – Documentos SIGAD nº 00100.066154/2022-50; nº 00100.066693/2022-99; nº 00100.066744/2022-82;
2. PL 3723/2021 (SACE) – Documentos SIGAD nº 00100.066175/2022-75; nº 00100.072363/2022-32;
3. PL 1459/2022 (SACRA) – Documento SIGAD nº 00100.066286/2022-81; nº 00100.074782/2022-17
4. PL 2875/2019 (SACDR) – Documento SIGAD nº 00100.066374/2022-83;
5. PL 4171/2021 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.066374/2022-83;
6. PL 1937/2019 (SACE) – Documento SIGAD nº 00100.066374/2022-83;
7. PL 4452/2021 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.070823/2022-98;
8. PEC 63/2013 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.071494/2022-01;
9. PL 2564/2020 (SEXPE) – Documento SIGAD nº 00100.071780/2022-68 (VIA 001);
10. PL 2918/2021 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.072187/2022-39;
11. PLC 13/2013 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.072837/2022-46;
12. PEC 14/2015 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.072837/2022-46;
13. PLS 303/2018 (SACCCJ) – Documento SIGAD nº 00100.072837/2022-46;
14. PL 196/2020 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.072929/2022-26;
15. PL 6485/2019 (SACCCJ) – Documento SIGAD nº 00100.073756/2022-63;
16. PLC 70/2014 (SACAE) – Documento SIGAD nº 00100.073827/2022-28;
17. PL 6204/2019 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.074890/2022-81;
18. PEC 16/2020 (SLSF) – Documento SIGAD nº 00100.075017/2022-14;



19.PL 1731/2021 (SACAS) – Documento SIGAD nº 00100.075198/2022-71 (VIA 001).

Encaminhem-se às comissões cópias de documentos externos, conforme listagem a seguir exposta:

1. CSP – Documento SIGAD nº 00100.066374/2022-83;
2. CE – Documentos SIGAD nº 00100.069209/2022-83 (VIA 001); nº 00100.071445/2022-60;
3. CTFC – Documentos SIGAD nº 00100.071461/2022-52; nº 00100.074281/2022-22;
4. CCJ – Documento SIGAD nº 00100.072493/2022-75 (VIA 001);
5. CI – Documentos SIGAD nº 00100.074281/2022-22; nº 00100.075607/2022-39; nº 00100.075792/2022-61;
6. CAS – Documento SIGAD nº 00100.074862/2022-64;
7. CDH – Documentos SIGAD nº 00100.075601/2022-61; nº 00100.076192/2022-11; nº 00100.076208/2022-95.

Secretaria-Geral da Mesa, 05 de julho de 2022.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

